

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE, ESTADO DE SÃO PAULO, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES¹

João Paulo Agapto²
Ricardo Serra Borsatto³
Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo⁴
Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco⁵

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil apresenta um setor agropecuário reconhecido tanto internamente como em nível internacional, não apenas em seus aspectos econômicos, mas também tecnológicos sociais e culturais. Esta importância resulta do fato de que a maior parte dos municípios brasileiros tem sua base econômica na exploração e no uso da terra para fins agropecuários.

O município de Campina do Monte Alegre, localizado na região sudoeste do Estado de São Paulo, que dista aproximadamente 120 quilômetros da cidade de Sorocaba e 54 quilômetros de Itapetininga, principais municípios da região, é um exemplo dessa situação. Trata-se de um município ainda jovem, com 19 anos de emancipação político/administrativa, considerado pequeno, já que conta com uma população de aproximadamente 5.567 habitantes (IBGE, 2010). A atividade agropecuária é o principal pilar econômico desse município, exercendo uma função estratégica e essencial para a geração de renda e ocupação de boa parte da mão de obra local tanto rural, quanto urbana.

De acordo com os dados do Levantamento das Unidades de Produção Agropecuárias (LUPA) do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008), Campina do Monte Alegre possuía 318 unidades de produção agropecuária, sendo que

269 propriedades possuem entre 0,1 a 50 hectares, o que significa que 84,6 % das propriedades rurais são de pequeno porte, com predominância do trabalho familiar.

Pela expressiva presença da agricultura familiar no município e considerando algumas limitações de seus atores, como dificuldades com a comercialização da produção, escassez de recursos financeiros, baixos preços recebidos pela produção, entre outros, surge a necessidade de se considerarem as especificidades deste grupo social na criação de políticas públicas direcionadas, que viabilizem a produção agrícola (SCHNEIDER, 2003; REIS et al., 2006).

Na busca de minorar os problemas e procurando encontrar soluções em prol desses agricultores, a Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre, por meio de sua Secretaria de Agricultura e Abastecimento, em parceria com a Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro, realizou pela primeira vez no ano de 2010 o convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município.

Assim sendo, este estudo foi realizado com o objetivo de avaliar a efetivação do PAA no município de Campina do Monte Alegre a partir da percepção que os agricultores beneficiados estão tendo desse programa, e assim verificar os benefícios ocasionados, bem como possíveis deficiências que necessitem de correções.

2 - O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

O PAA, já estudado por Basaldi (2004), Garnica e Santos (2006) e Lucena e Luiz (2009), teve sua instituição a partir do artigo 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, como uma das

¹Registrado no CCTC, IE-77/2011

²Tecnólogo em Agronegócio, FATEC-Itapetininga (e-mail: joão_paulo_agapto@yahoo.com.br).

³Engenheiro Agrônomo, Doutor, Professor Associado da FATEC - Itapetininga (e-mail: ricardo.borsatto@fatec.sp.gov.br).

⁴Engenheira Agrônoma, Doutora, Pós doutoranda da FEAGRI/UNICAMP, bolsista FAPESP (e-mail: vanilde@yahoo.com).

⁵Engenheira Agrônoma, Livre Docente, Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bolsista CNPq (e-mail: sonia@feagri.unicamp.br).

ações do programa Fome Zero, regulamentado pelo Decreto n. 5.873 de 15 de agosto de 2006 (BRASIL, 2003).

O programa tem por finalidade fortalecer a agricultura familiar, possibilitando a formação de estoques e/ou a comercialização de seus produtos a preços mais justos e concomitantemente assegurando alimentação às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, preconizando que o consumo dos produtos doados se dê dentro da mesma região produtora.

As aquisições dos produtos transcorrem sem necessidade de licitações e os valores pagos pelas mercadorias devem ser compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos devem ser direcionados a entidades da rede assistencial ou para algum tipo de equipamento público de alimentação, tais como, cozinhas comunitárias, atendimento de famílias carentes, por meio da formação e distribuição de cestas de alimentos, principalmente para aquelas que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Conforme o Decreto n. 6.447, de 7 de maio de 2008, que substituiu o Decreto n. 5.873, de 15 de agosto de 2006, as diretrizes do PAA são traçadas por um Grupo Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo composto por representações de mais cinco órgãos do Governo Federal: Ministério da Fazenda (MF); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e Ministério da Educação (ME) (BRASIL, 2008).

De acordo com Basaldi (2004), o PAA, desde o princípio, nasceu com uma concepção interdisciplinar e interministerial. Seus recursos entre 2003 e 2005 provinham unicamente do MDS, mas a partir de 2006 o PAA passou a contar com a participação do MDA, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar, para sua incrementação orçamentária (BRASIL, 2010).

A CONAB é quem fornece os subsídios e o apoio técnico para operacionalização das decisões do Grupo Gestor, sendo essa instituição quem realiza, junto aos interessados, o trabalho inicial de apresentação do programa, dos tipos de aquisições e das condições para participação (BRASIL, 2008; SANTOS, 2010).

Ao se tratar da compra da agricultura familiar para fins de doação, no ano de lançamen-

to do Programa em 2003, os valores das aquisições limitavam-se a R\$ 2,5 mil ao ano, por produtor. Após o ano de 2006, os valores passaram para R\$ 3,5 mil e atualmente os valores para aquisição são de até R\$ 4,5 mil por produtor, por ano civil, exceto na modalidade de Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

De acordo com o Brasil (2010), atualmente o PAA é implementado por meio de cinco modalidades, sendo elas: Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF); Compra Direta Local com Doação Simultânea (CDLDS); Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (FEAF); Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite ou IPCL); e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CAFDS).

Para iniciar sua operacionalização, uma organização de agricultores deve encaminhar à CONAB uma proposta de participação com informações sobre os agricultores envolvidos, os alimentos a serem adquiridos com suas respectivas quantidades. Além disso, deve mencionar também quais entidades receberão as doações e qual o período de entrega.

Aprovada a proposta, após a confirmação da entrega dos produtos, a CONAB disponibiliza os recursos na conta da organização que, por sua vez, repassa o pagamento individualmente a cada agricultor, com obediência ao limite de R\$ 4,5 mil por agricultor/ano. Os preços dos produtos são pré-fixados pela CONAB com base no mercado local.

Conforme Brasil (2010), esta modalidade permite a aquisição tanto de alimentos *in natura*, como de processados e industrializados. No caso específico de alimentos orgânicos, há uma diferenciação de preços, sendo possível um acréscimo de até 30% do valor pago pelo alimento convencional. Os agricultores beneficiados são os que se enquadram nas regras do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e sua identificação é feita mediante da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

Portanto, o PAA beneficia o agricultor familiar por meio da aquisição de parte da sua produção a preços mais justos e com garantia de pagamento, além de contribuir significativamente para a melhoria da alimentação das pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar ou vulnerabilidade social. Desse modo, o programa vem realizando uma profícua junção tanto de políticas de segurança alimentar, como

de políticas que contribuem para o desenvolvimento da agricultura familiar (GARNICA; SANTOS, 2006; MATTEI, 2007).

3 - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO BARREIRO

O município de Campina do Monte Alegre possui forte vocação para a atividade agropecuária. Além disso, conta com o privilégio de possuir belas paisagens naturais e uma considerável presença de áreas verdes em todo seu redor, sendo favorecido pela disponibilidade de importantes recursos hídricos. É banhado por dois grandes rios, o Itapetininga e o Paranapanema, além de possuir em seu território outros ribeirões e diversas lagoas e nascentes naturais. Tais fatores contribuíram para participação e enquadramento do município no Programa de Microbacias Hidrográficas do Estado de São Paulo (PEMH).

Em 2002, como resultado das atividades do Programa de Microbacias, foi fundada a Associação dos Produtores Rurais da Microbacia Hidrográfica do Ribeirão do Barreiro (APRMHRB) em função da necessidade de se organizarem as comunidades rurais familiares que tinham interesse em participar do Programa.

Com vistas à captação dos benefícios e incentivos que o PEMH proporcionava aos agricultores e suas comunidades, inicialmente a Associação contava com 62 agricultores que tinham suas propriedades em áreas pertencentes à microbacia. Após uma mudança estatutária, realizada no ano de 2009, passou a acolher também outros agricultores familiares cujas propriedades não se localizavam no perímetro das microbacias hidrográficas. Atualmente, mais de 100 agricultores familiares fazem parte da APRMHRB (ASSOCIAÇÃO, 2006).

O objetivo inicial da Associação era possibilitar aos seus associados o acesso a programas e práticas conservacionistas das propriedades rurais, tais como: recuperação de áreas de preservação permanente (APP), controle de erosão, aplicação de calcário, recuperação de pastagens, entre outros, previstos no PEMH, bem como a aquisição de equipamentos subsidiados, para uso coletivo ou individual.

Devido à efetiva mobilização de seus

associados, desde sua fundação, a APRMHRB conseguiu alcançar importantes benefícios para seus sócios, dos quais se destacam: aquisição de uma plantadeira de plantio direto, aquisição de um triturador de palhada, perfuração de dois poços artesianos em comunidades desprovidas de recursos hídricos, aquisição de um *kit* para escritório (computador, impressora, mesa e cadeira), recuperação de 6 quilômetros de estradas rurais, aquisição de 400 caixas plásticas agrícolas e a participação no Programa de Aquisição de Alimentos.

Sendo a APRMHRB uma instituição organizativa dos agricultores familiares do município, ela se tornou também um instrumento prático para que a Prefeitura fomentasse o PAA no município de Campina do Monte Alegre.

Assim, a responsabilidade de gerir o projeto do PAA ficou a cargo da APRMHRB, que conta com amparo da Prefeitura Municipal de Campina do Monte Alegre, a qual colabora disponibilizando um profissional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento para atuar junto à gestão do projeto, bem como com o deslocamento dos gestores para eventuais reuniões na sede da CONAB em São Paulo.

4 - METODOLOGIA

Para atingir ao objetivo desta pesquisa, a primeira atividade realizada foi uma entrevista semiestruturada com o responsável da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do município que colabora diretamente na gestão do projeto. Essa entrevista foi realizada durante o mês de março de 2011 e teve como intuito conhecer a estruturação e a maneira como é realizada a execução do programa. A entrevista seguiu um roteiro elaborado, mas sempre buscando estabelecer uma conversa aberta e descontraída com o entrevistado.

Após essa entrevista, que serviu para compreender a sistemática local do programa, foi elaborado um questionário com perguntas fechadas para ser aplicado junto aos agricultores participantes do PAA.

A aplicação dos questionários ocorreu durante os meses de julho e agosto de 2011, e foi realizada no entreposto local onde os agricultores entregam os produtos a serem comercializados pelo programa, aproveitando-se do momento da entrega.

O questionário foi composto por dois módulos, o primeiro abordou basicamente questões sobre as condições socioeconômicas dos agricultores, arguindo sobre o tempo que o agricultor tinha de trabalho no campo, quais os principais alimentos que eram produzidos, qual o número de membros da família que ajudava no trabalho diário, mão de obra contratada, área utilizada para produção e se essa área era própria ou arrendada. O segundo módulo se dedicou a captar a percepção dos agricultores sobre o PAA, buscou compreender seu grau de satisfação com a realização do programa e os principais problemas vivenciados.

Ao todo foram aplicados 53 questionários que representaram estatisticamente uma amostra de 70,7% dos agricultores que estavam participando ativamente, com entregas de produtos, no período pesquisado.

Ressalta-se que estão cadastrados 101 agricultores para participar do PAA no município de Campina do Monte Alegre, porém, no momento da coleta de dados para essa pesquisa, somente 75 agricultores estavam efetivamente entregando os seus produtos para o Programa. Isso porque teve início o segundo convênio firmado com a CONAB, no mês junho de 2011 com duração até junho de 2012, justamente no período de inverno, no qual nem todos os agricultores possuíam produção para entregar⁶.

5 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de lançado em 2003, o PAA foi implementado no município de Campina do Monte Alegre apenas em 2010, e desde então vem apresentando impactos interessantes na dinâmica da agricultura familiar local.

No primeiro convênio entre o município e a CONAB, foi destinado para compra de alimentos da agricultura familiar, na modalidade de doação simultânea, um valor de R\$ 297.500,00, distribuídos no decorrer dos meses de janeiro a dezembro de 2010. Assim, conforme as compras e as doações iam acontecendo, os agricultores

eram pagos.

Já no segundo convênio, o total de recursos destinados ao Programa no município aumentou para R\$ 427.230,00, que estão sendo trabalhados durante o atual período de vigência. Sendo assim, no prazo de pouco mais de dois anos, a agricultura familiar de Campina do Monte Alegre receberá de forma assegurada pela produção e venda de seus produtos R\$ 724.730,00, valor que apresenta significativo impacto no desenvolvimento da agricultura local.

Além da mencionada ação promotora no âmbito da agricultura familiar, por meio da aquisição integral ou parcial de sua produção a preços compensatórios, com garantia de recebimento, o que tem melhorado a receita dos agricultores e que, por sua vez, impacta na melhoria da situação econômica do município como um todo, o PAA também proporciona outra ação importante, que se dá no campo social.

Trata-se de um benefício social relevante que ocorre por meio da doação dos alimentos às entidades assistenciais. Ao todo, nove instituições são beneficiadas pelo Programa, além da doação de cestas de alimentos para 400 famílias carentes cadastradas no Fundo Social de Solidariedade do município. Essas instituições beneficiadas extrapolam os limites do município, (Tabela 1).

Das nove instituições que recebem os produtos, seis estão localizadas em Campina do Monte Alegre e três localizam-se em dois municípios vizinhos, Angatuba e Itapetininga, que recebem o volume excedente.

Tanto as entregas dos alimentos para as entidades, como das cestas para as famílias carentes, ocorrem semanalmente. Dessa forma, o PAA está contribuindo substancialmente para a melhoria no aspecto nutricional das pessoas beneficiadas, bem como possibilitando economia pela redução dos custos com alimentação.

Constatou-se, junto ao responsável pelo recebimento e inspeção, um excelente padrão de qualidade dos alimentos (verduras, legumes, frutas e raízes) entregues pelos produtores e a consciência deles em fornecer bons produtos para as pessoas que os consumirão.

Em relação ao perfil socioeconômico dos agricultores participantes do PAA, constatou-se que a maioria dependia exclusivamente do trabalho familiar (mulheres, filhos e, às vezes, irmãos) para a condução de sua produção, com

⁶O primeiro convênio firmado entre o município de Campina do Monte Alegre e a CONAB teve o seu período de vigência entre janeiro e dezembro de 2010 e o segundo somente iniciou-se em junho de 2011. Esse interstício entre os convênios é um problema do PAA já apontado por outros autores (LUCENA; LUIZ, 2009; SANTOS, 2010).

TABELA 1 - Relação das Instituições Beneficiadas pelo PAA, Município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, 2011

Instituição beneficiada	Localidade	Pessoas atendidas (n.)
Casa de Repouso Nova Família	Campina M. Alegre	30
Escola Alzira de Oliveira Garcia	Campina M. Alegre	986
Escola Arco-Íris	Campina M. Alegre	350
Escola Enil Bóris de Moraes	Campina M. Alegre	1.150
Creche Antonio Abel Ferreira Mendes	Campina M. Alegre	70
Casa da Criança	Campina M. Alegre	30
Fundo Social de Solidariedade de Angatuba	Angatuba	1.991
Irmandade da Santa Casa de Angatuba	Angatuba	2.741
Instituto Geração Unidades Produtivas	Itapetininga	600
Total de atendidos		7.948

Fonte: Dados da pesquisa.

nenhum dos entrevistados possuindo trabalhadores fixos contratados. Entretanto, 40,2% dos agricultores afirmaram contratar, em determinados períodos, algum tipo de mão de obra ou serviço, com destaque para atividades que exigem mecanização, como preparo de solo para o plantio.

Quanto à forma de apropriação da terra, a maioria (35 agricultores) produz em terra própria, sendo que desses 23 ainda arrendam outras terras, enquanto 18 dos entrevistados trabalham exclusivamente sob a condição de arrendatário ou meeiro.

A área desses agricultores utilizada para a produção de alimentos varia entre 0,5 e 20 hectares. Durante as entrevistas, afirmaram ter condições e desejo de expandir sua produção, principalmente para a comercialização via PAA, uma vez que outros mercados não os atraíam.

Tal fato é motivado principalmente pelos preços praticados pelo PAA em relação aos valores que seriam recebidos caso os produtos fossem comercializados por outras vias de escoamento. Como exemplo, a tabela 2 apresenta a comparação dos preços praticados pelo PAA e pelo mercado⁷, dos seis produtos de maior relevância, em valores, comercializados durante a primeira edição do Programa no município.

No geral, os agricultores mostraram-se satisfeitos com a participação no Programa, sendo que todos o classificaram em nível bom ou excelente, e que após sua implantação no muni-

cípio, abriram-se novas perspectivas de trabalho e de continuidade no campo.

Os agricultores não mencionaram dificuldades com o programa, apenas registraram atraso no pagamento das primeiras entregas, mas ainda assim declararam que o Programa atende suas expectativas.

Outro ponto destacado pelos agricultores se referiu ao valor que o PAA limita a cada agricultor/ano (R\$ 4.500,00/ano), afirmando que ele deveria ser aumentado, já que não supre suas necessidades básicas.

Nesse sentido, Vogt e Souza (2009) e Santos (2010) constataram esta mesma disposição, por parte dos agricultores, de aumentar a área de produção e de diversificar a produção, em seus estudos sobre o PAA nos Estados do Rio Grande do Sul e Paraná, respectivamente. Não obstante estas constatações, os agricultores foram unânimes em afirmar que consideravam justos os valores pagos pelas mercadorias adquiridas pelo PAA.

Em relação ao impacto da comercialização via PAA na renda, constatou-se que a receita auferida exerce função prioritária para o sustento da maioria das famílias participantes do programa, mesmo entre os que disseram que recebem algum outro tipo de benefício governamental (aposentadoria, pensão ou bolsa família) ou salário por atividades realizadas por algum membro da família fora da unidade de exploração agrícola.

Outro aspecto captado pela pesquisa foi o fato de que a participação no PAA está levando a mudanças no contexto produtivo dos agricultores, pois muitos que eram tradicional-

⁷Valores constatados com base no relato dos agricultores que comercializaram por outras vias essas mercadorias, durante a primeira edição do Programa no município.

TABELA 2 - Variação Percentual entre os Valores Pagos pelo PAA e os seus Valores de Mercado, Município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, 2011

Produto	Unid.	Quant.	Valor mercado (R\$)	Valor (PAA) (R\$)	Diferença (%)	Valor final do produto (R\$)
Mel-pote	kg	5.846	4,00	6,00	50	35.076,00
Feijão-anão	kg	16.370	1,51	2,00	32,45	32.740,00
Tomate-cereja	kg	12.472	2,50	2,37	-5,20	29.558,64
Pimentão-vermelho	kg	15.590	1,67	1,80	7,78	28.062,00
Tomate-caqui	kg	7.795	0,91	2,12	132,97	16.525,40
Pepino-japonês	kg	15.590	0,64	0,96	50	14.966,40
Valor total	R\$					156.928,44

Fonte: Dados da pesquisa.

mente produtores de grãos, principalmente feijão e milho, passaram a diversificar suas lavoura com plantações de legumes e hortaliças, visto que agora possuem mercado e preço garantidos para esses produtos.

Por fim, ficaram evidenciados o desejo e a necessidade dos participantes para que o PAA se torne cada vez mais um instrumento de fortalecimento da agricultura, bem como uma ação favorável e permanente para aqueles que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAA vem protagonizando significativas mudanças no âmbito da agricultura familiar de Campina do Monte Alegre. Fato perceptível nas conversas com os agricultores que se mostraram, após a implementação do programa, mais motivados quanto ao desenvolvimento de suas atividades, assim como mais esperançosos em relação a sua futura permanência no campo.

Por meio da introdução do programa no município, agricultores que outrora produziam em pequenas quantidades, às vezes somente para sua subsistência, e tinham como opção única a comercialização de seus produtos via atravessadores, obtiveram a possibilidade de vender suas mercadorias com melhores preços e com segurança. Tal ação gera um efeito indutor para que haja um equilíbrio nos preços praticados, principalmente pelos atravessadores que têm sua oferta de produtos reduzida.

Observou-se também uma melhora significativa na renda das famílias dos agricultores, sendo que, em alguns casos, os recursos

oriundos do PAA assumem uma função prioritária na manutenção das famílias.

Outro fato observado nesta pesquisa refere-se à mudança de comportamento de alguns agricultores, que costumavam cultivar basicamente grãos e que agora estão começando a reservar áreas para a produção de verduras e legumes, aumentando a diversidade de espécies cultivadas e assim superando sua dependência de poucos produtos, o que além de diminuir os riscos inerentes à atividade agrícola, também tem assegurado a segurança alimentar de suas famílias.

No entanto, percebeu-se uma falta de planejamento quanto ao tipo e quantidades de alimentos a serem produzidos. Ao ouvir outras pessoas que auxiliam na gestão do projeto, constatou-se que ainda é comum ocorrer dias de entregas em que há excesso de um determinado produto e falta de outros.

Ademais, o PAA não gera somente efeitos positivos para os agricultores, mas também desempenha uma função de utilidade pública ao proporcionar a doação de alimentos saudáveis e (quase sempre) diversificados às entidades sociais citadas, bem como cestas de alimentos às famílias carentes.

Ressalta-se também a efetiva participação do poder público municipal no apoio à operacionalização do programa, colaborando com o aluguel do barracão onde são realizadas as entregas e cede, em tempo integral, um funcionário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento que colabora na gestão do projeto. Além disso, leva em veículo da frota municipal os produtos até a Irmandade da Santa Casa de Angatuba.

Apesar de os agricultores mostrarem-se satisfeitos com sua participação no PAA, o atraso no pagamento das primeiras parcelas, o

limite de comercialização por agricultor/ano, atualmente de R\$ 4.500,00, e a demora para a renovação de um novo convênio são pontos que necessitam de aprimoramento.

Como já sugerido por outros autores, Lucena e Luiz (2009) e Santos (2010), a renovação automática de um novo convênio ao término do que está em vigência, o pagamento contíguo à realização das entregas e o aumento do limite anual por agricultor seriam ações que certamente fortaleceriam ainda mais a eficácia do programa.

Infelizmente outras políticas públicas de apoio à comercialização de produtos da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁸, ainda estão enfrentando dificuldades para serem implementadas no município⁹.

⁸A resolução do FNDE n. 38/2009, estabeleceu que 30% das compras municipais com a alimentação escolar devem vir da agricultura familiar.

⁹Os funcionários públicos municipais que auxiliam na operacionalização do PNAE explicaram que vêm enfrentando dificuldades burocráticas, principalmente por falta de conhecimento, que somente agora estão conseguindo superar.

Aponta-se que caso esse programa já estivesse plenamente operacionalizado, isso ajudaria na superação de algumas das deficiências apontadas pelos agricultores, como o interstício entre os convênios e a demanda por uma maior renda auferida de forma garantida pela comercialização de seus produtos.

Por fim, conclui-se que apesar de recente e de estar ainda em passos iniciais no município, o PAA vem cumprindo seus objetivos no concernente a sua aplicabilidade em Campina do Monte Alegre.

Ressalta-se que o sucesso do programa, pelo menos a partir do ponto de vista dos agricultores participantes, só foi possível pela existência de um ambiente institucional propício, fomentado pela presença de organizações e instituições locais comprometidas com o desenvolvimento da agricultura familiar.

Ao final desta pesquisa, espera-se que a partir desta análise sobre as deficiências e potencialidades do PAA no contexto da agricultura familiar de Campina do Monte Alegre, novas pesquisas, que investiguem outros agentes (como entidades assistenciais) possam ser empreendidas para uma melhor compreensão e aprimoramento do programa.

LITERATURA CITADA

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA MICROBACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO DO BARREIRO - APRMHRB. **Ata da Assembleia Geral para reforma do Estatuto**. Campina do Monte Alegre, livro n. 1, p. 8-11, mar. 2006.

BASALDI, O. V. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: os primeiros resultados obtidos em 2003. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 34, n. 5, p. 35-46, maio 2004.

BRASIL. Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Seção 1, Poder Executivo, Brasília, 3 jul. 2003. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 11 fev. 2011.

_____. Decreto n. 6.447, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei n. 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 1, 8 mai. 2008. Seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Decreto/D6447.htm>. Acesso em: 07 abr. 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!** 1. ed. Brasília: MDS, 2010.

GARNICA, L. A; SANTOS, F. L. Políticas públicas descentralizadas para o desenvolvimento regional da agricultura

familiar: um estudo de caso. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 36, n. 10, p. 88-95, out. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades: Campina do Monte Alegre**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 16 de fev. 2011.

LUCENA, É. K; LUIZ, J. M. Uma avaliação da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará Mirim (RN). In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/944.pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2011.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 33-44, 2007.

REIS, J. C. G. et al. Evolução na eficiência produtiva da pecuária leiteira em pequenos e médios estabelecimentos paulistas. **Revista de Economia Agrícola**. São Paulo, v. 53, n. 2, p. 85-96, jul./dez. 2006.

SANTOS, A. T. **Agricultura familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise de sua implantação no Município de Ponta Grossa**. 2010. 129 p. Dissertação (Mestrado em Geografia – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

SÃO PAULO (Estado). **Projeto LUPA 2007/2008: Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>>. Acesso em: 21 fev. 2011.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.18, n. 51, fev. 2003.

VOGT, S. P. C; SOUZA, R. S de. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Ceiloro - RS. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais...** Brasília: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/743.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2011.

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, (PAA) EM CAMPINA DO MONTE ALEGRE, ESTADO DE SÃO PAULO, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS AGRICULTORES

RESUMO: *Este artigo avaliou a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores participantes, com o intuito de verificar seus benefícios e deficiências. Para tanto, foram aplicados questionários aos agricultores e realizadas entrevistas semiestruturadas com gestores municipais. Concluiu-se que apesar de alguns pontos precisarem ser aprimorados, os agricultores se mostraram satisfeitos com o programa. O PAA tem contribuído para o aumento do volume e da diversificação da produção, o que tem garantido o aumento da renda e da segurança alimentar dos agricultores participantes.*

Palavras-chave: *desenvolvimento rural, agricultura familiar, políticas públicas, comercialização.*

FARMERS' PERCEPTION OF THE FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN CAMPINA DO MONTE ALEGRE, SAO PAULO STATE

ABSTRACT: *This article evaluated the implementation of the Program of Food Acquisition (PAA) in Campina do Monte Alegre, Sao Paulo State, based on the perception of the participating farmers, in order to determine its benefits and shortcomings. To this end, questionnaires were administered to farmers and semi-structured interviews conducted with municipal managers. It was concluded that although some points need to be improved, farmers were satisfied with the program. It has contributed to the increased volume and diversification of production, which has secured increased income and food security to the farmers.*

Key-words: *rural development, family farming, public policies, food marketing.*

Recebido em 09/11/2011. Liberado para publicação em 10/02/2012.